

A intolerância dos intolerados: o catecismo que nos educa para uma moral preguiçosa

Eduardo de Campos-Garcia¹



Este artigo tem como intenção provocar uma análise crítica-reflexiva sobre a gênese do poder patriarcal, suas fantasias de linguagem e sua ação semiótica que na ordem do discurso constroem toda relação verdade-comportamento. Parte de uma abordagem sobre os valores do cristianismo e de sua necessidade da criação de imagens de domínio moral: Deus e o Diabo, como símbolos dos opostos. Chega as relações sociais e suas dicotomias de poder saber que são essencializadas como verdadeiras e condicionam as relações interpessoais. Contudo, e como tema final, declara que a sociedade herda da lógica do cristianismo (enquanto instância de poder) o espírito do capitalismo e por isso sofre, com sua moral adoentada, da prática cotidiana dos intolerados tornarem-se intolerantes.

A gênese do mal

Está no âmago da sociedade ocidental a ilusão de um Deus macho, réplica enganosa do falo pagão. O cristianismo introduziu no pensamento do Ocidente uma relação dolorosa entre o elemento macho e tudo o que para ele soa como além: mulher, feminino, homossexualidade, transexualidade, surdez, hermafroditismo, pobreza etc. É que todo saber, como disse Flusser, é dito satisfatório quando responde a determinada pergunta. Explicações plenamente satisfatórias exaurem as perguntas, de modo que nada resta para perguntar. A seguinte afirmação criacionista cabe como exemplo: Deus criou o mundo (FLUSSER, 2011) em resposta à pergunta... a quem o mundo pertence? A lógica aqui não é em decorrência de uma teoria sobre a criação do universo, na qual e pela qual se discute se o homem veio do macaco ou de Adão e Eva. A proposição esbarra em definir a quem o mundo pertence: ao povo eleito, herdeiros diretos de seu pai criador – os filhos de Deus.

A lógica da moral cristã, seu poder, funciona seguindo o modelo de uma teia na qual só é possível ser alguma coisa quando há o reconhecimento por parte do outro. Como exemplifica Flusser (2011), não há filho se não houver pai/mãe, mas esse se liga, na qualidade de neto, aos pais de seus pais, quando a teia faz dos seus pais filhos de seus avós. Há um desencadeamento de relações sanguíneas, afetivas e econômicas. Não há patrão sem empregados, tampouco riqueza sem pobreza, muito menos bem sem a invenção do mal ou vice-versa. Contudo, a dependência relacional, criada pelo cristianismo, implica o pulsar de uma moral das identificações. A moral do Ocidente, essa patologia rançosa, aos poucos foi contaminando o Oriente com sua política de globalização – somos todos irmãos – que não só interfere nas esferas econômica e de produção cultural, mas na moral nossa de cada dia. Ambrose (2011) chama a atenção para as relações humanas que se adequam e se moldam, se formatam e se normatizam segundo uma “moral artificial”. Artificial porque seu desenvolvimento esbarra em

¹ Doutor e mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente é professor pesquisador do departamento de educação da Universidade Nove de Julho Uninove-SP. Site oficial: www.eduardocg.net



planos simbólicos e práticas ritualísticas que alcançam grandes escalas de pessoas: massificam-se. A teia controla de modo consciente/inconsciente os elos estabelecidos. Mas eis que entra em cena o Diabo. Essa figura assustadora que rouba almas e absolve pessoas de suas responsabilidades.

Flusser (2008) disse que o Diabo, essa alegoria fantástica inventada pela pedagogia cristã, existe na medida em que o tempo localizou o homem na história e no mundo. O Diabo é o mundo inscrito no fluxo do tempo porque é ele a representação da confusão/caos. Mas se o que disse Flusser fizer sentido, então a criação do universo por meio do “Big Bang” é obra do Diabo e não de Deus. Também não teriam sentido algum os escritos bíblicos e sua poética se não houvesse uma serpente maldosa/diabólica para dar início ao conflito da vergonha entre gêneros. A Bíblia só tem sentido porque o tempo/Diabo lhe provoca o conflito entre as personagens nela existentes. Nesse sentido, o poema e a poesia irônica de Gregório de Matos revelam o significado da imagem de Deus: “Pequei, Senhor, mas não porque hei pecado/ Da vossa alta clemência me despido/ Porque quanto mais tenho delinquido/ Vos tem a perdoar mais empenhado/ Se basta a voz irar tanto pecado/ A abrandar-vos sobeja um só gemido:/ Que a mesma culpa que vos há ofendido/ Vos tem para o perdão lisonjeado/ Se uma ovelha perdida e já cobrada/ Glória tal e prazer tão repentino/ Vos deu, como afirmais na sacra história/ Eu sou, Senhor a ovelha desgarrada/ Recobrai-a; e não queirais, pastor divino/ Perder na vossa ovelha a vossa glória”. Sem o sentimento de pecado, de acordos infernais, sem o conceito de alma perdida, de luxúria, de afastamento do Deus macho, não há razão para a existência do divino/bom. Sem o Diabo não existiria Deus, ou ele não teria utilidade alguma. Mas o Diabo passa, então, a ser o significado do torto, do anormal, da diferença, da discordância. O Diabo habita o disforme.

Talvez por isso, corpos disformes tenham sido considerados “bestiais” e a diferença anatômica e/ou fisiológica tenha sido en-

tendida, desde a Idade Média, como uma marca de castigo e agouro na Terra (CAMPOS-GARCIA, 2011). O comportamento também é abocanhado por essa premissa da luta entre o bem e o mal. Bom é negar o caos, a anormalidade, a extravagância. Bom é viver na retidão. Mal é aproximar-se da antilogia. O caos é também a metáfora, a contrariedade às normas porque a harmonia nada cria. Se uma criança anda, ela anda porque seu cérebro precisa assimilar, primeiro, o desequilíbrio. Andar é o caos do equilíbrio que numa luta interna permite à pessoa ficar em pé e deslocar-se de um lugar para outro. Por isso, nossas ambições e conquistas são diabólicas.

O Diabo nos mantém vivos, eis a origem do mal: o tempo, o mundano, a vida, o relógio. O tempo é diabólico. O contrário, a morte, a norma, a harmonia é Deus, e Deus é uma abstração. Portanto, a moral artificial se estabelece porque as abstrações são normatividades simbólicas que controlam a pessoa a se manter paralisada no tempo: ser tradicional ao extremo. A morbidez conceitual que captura a alma – essa substância incorpórea e inteligente – agrada, segundo o discurso dos cristãos conservadores, a Deus. Afinal, pela ordem estabelecida, conservar-se numa monofonia é preservar-se para Deus: manter-se virgem em corpo e espírito. No fundo, bem lá no fundo, a teologia cristã não criou Deus, mas o Diabo, e o protestantismo o ratificou como dogma. Salvos estão os espiritualistas, cujo princípio dogmático religioso não opera sob a sombra do Diabo porque seus Orixás são abstrações de energias as quais precisam ser trabalhadas como um todo e a todo tempo. Não há uma luta constante entre o bem e o mal, mas uma certa consciência de que o mundo, a vida, a morte, são regidos por energias constantes e mutáveis. Portanto, a origem do mal está na história, não referente ao Diabo, mas das excessivas normatividades instituídas para aproximação de Deus. Parece ser, em nome dessa aproximação, que algumas pessoas se autorizam fiscalizar a vida de outras pessoas, de normar o que consideram demasiadamente torto, de retificar a conduta e de provocar a miséria em função de uma necessidade de ter alguém para ajudar como seu imediato subalterno. O conceito de classe social parece ter no fluxo da história uma relação com bênçãos e maldições, merecimentos e desmerecimentos, consentimentos de Deus e desgraças diabólicas. Eis a origem do mal: a relação que parte de uma teia de necessidade.

O cotidiano esfacelado

A lógica perversa divide a sociedade em bons e maus, sendo estes derivados do bem e do mal. A lógica do desenvolvimento e do subdesenvolvimento tem um “P” de pecado capital cuja prática vazia é mais frequente do que a de sua remissão. Os bons são filhos do bem e os maus são filhos do mal, e na mesma lógica os desenvolvidos são bons e os subdesenvolvidos são latinos, africanos e/ou além. O primeiro está em ascensão e o segundo em decadência. O primeiro acredita ser e estar dotado de uma superioridade, sendo o outro um alguém cuja inferioridade/anterioridade e decadência lhe são culturalmente inerentes. Na cultura do sangue pedigree é uma palavra que afere valor aos requintados sobrenomes de pessoas que se proclamam “de berço”. Mas berço é uma simbologia histórica na medida em que ricos nanavam seus filhos em belos e artesanais berços de madeira nobre enquanto que pobres teciam suas redes para ninar seus filhos famintos. Assim os valores parecem ser construídos. Cria-se então uma hierarquia cuja marca mais poderosa é a condição de ser abençoado ou amaldiçoado. Essa lição parece ter sido bem aproveitada pelo protestantismo. Os desafortunados não são apenas pessoas que vivem à beira da indigência, ou aqueles que experimentam a pobreza por algum motivo social. Sua causa é espiritual e o princípio está na rejeição, que em primeira instância ocorre em função do não merecimento das coisas do céu. Nessa conexão há uma relação vertical e as faces são irreconhecíveis na medida em que a igualdade é uma categoria que se aplica aos grupos. Embora a qualidade humana seja uma inscrição genética e reconhecida internacionalmente pela ONU como um patrimônio da humanidade, e entre tantas outras questões ela assegura a não discriminação em função de toda e qualquer condi-

ção humana (ONU, 1997), na prática, toda proposta da ONU parece não ser suficiente para proteger a pessoa humana de algumas lesões simbólicas, tais como deficiências (simbolicamente construídas), pobreza e miséria (politicamente instituídas) etc. O grande esfacelamento recorrente de uma cultura “dos céus” condiciona o miserável, o pobre, a classe média baixa não somente à privação à qualidade de vida, mas a não ter dignidade, qualidade que deveria ser assegurada a toda inscrição humana. Humanos, porém, sem “bênçãos”. Iguais porque humanos, mas não tão iguais porque miseráveis, pobres ou pertencentes à classe média baixa. Humanos, porém dignos de distinção: econômica, cultural, intelectual, existencial, anatômica e/ou fisiológica.

A grande dor da humanidade – e quando se fala em dor deve-se pensar numa doença que provoca a instabilidade orgânica – é moral. E eis que emergi uma crítica direta àquele agente que provoca a dor. Os do chão, estes que são exilados, refugiados e desprovidos das coisas do céu, tornaram-se o resultado dos agentes patológicos. O capital é como um vírus que ofusca os olhos diante da miséria alheia: crianças famintas do Zimbábue, na África, não provocam a sensibilidade do olhar que não as alcançam, mas o menino faminto da periferia de São Paulo, aquele que faz malabarismo nas esquinas e que vende balas, também não. A categoria comum que os unem em terras tão distantes e distintas é a miséria e/ou a pobreza.

O pobre não é pobre porque sofre de uma contínua preguiça, é ele o produto mais valioso do próprio capital. O carreteiro que recolhe papel das 8h às 18h não é um preguiçoso, mas alguém que executa um trabalho que o Estado não toma como seu: recolher material reciclado das ruas das grandes cidades. O carreteiro, como autônomo, evita contratos trabalhistas e direitos garantidos. Sua pneumonia não é assistida pelo INSS ou pelo plano de saúde de alguma empresa responsável pela coleta de lixo seletivo. Sua dor é solitária e indiferente. No mesmo sentido, é a pobreza de uma mãe que a submete a jornadas duplas de trabalho, é a pobreza do indigente que serve de peça cadavérica aos futuros médicos, é a pobreza da criança que serve de fundo para campanhas publicitárias. Como disse Bianchi (2005), a ONG arrecadou milhões e com todo dinheiro recolhido promoveu congressos sobre a miséria, catalogou cada criança de rua para estudos futuros, pagou funcionários e alimentação, diárias de hotel, promoveu debates e encontros. Com todo esse dinheiro, daria para comprar uma casa e manter muitas crianças na escola, mas em função dos gastos, só deu mesmo para custear o congresso e a catalogação e para pagar os funcionários que fazem a ONG funcionar. O subdesenvolvimento é objeto que dá lucro e isso fere a moral, sangra a dignidade.

Como disse Morin, o subdesenvolvimento dos desenvolvidos é um subdesenvolvimento moral, psíquico e intelectual (MORIN, 2003). Nesse caso, a pessoa subdesenvolvida não consegue ir além da lógica da sua própria doutrina míope. Mas parece ser por este processo patológico que, como disse Agamben (2010), existem vidas humanas que perderam a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente todo o valor. Deste lado estão os refugiados, os imigrantes pobres, os migrantes desempregados, as mães solteiras pobres, os empregados que dependem de salário mínimo, as transexuais que trabalham e ganham seu pão nas ruas por meio da prostituição. A estes o céu é um sonho distante cuja única esperança é a fé. Perante a lei, são e estão vulneráveis como escória diabólica. É que a proteção jurídica depende de uma relação: se a pessoa é um bem para o Estado, o Estado a protege. Quando a pessoa se coloca contra o Estado, o Estado a pune. O direito cabe a quem o merece, e nessa ordem, primeiro deve-se cumprir os deveres cabíveis – ser trabalhador, estudar, constituir família, autodeclarar-se cristão, heterossexual etc. – para ter acesso ao direito atribuído. Direito e dever estão numa relação de troca, de fluxo, de desigualdade. Do direito básico – esse que alguns acreditam que é para todos – o pobre quase sempre é um bandido/banido.

Quem permite essa análise é Agamben (2010) quando explica que todo bandido é um fora da lei, o marginal por excelência, e

em função de sua desordem é gerido como “morto” sem vida (zumbis são mortos vivos), desfigurado de sua cidadania porque opera no limbo, e por isso é banido da vila, do grupo, da sociedade. Agamben (2010) cita como exemplo de bandido/banido o lobisomem, cuja imagem remete ao ser que vive entre o homem civilizado e o animal selvagem – nele há um duelo entre selvageria/civilidade. Nesse sentido, a elite vê toda criatura que ela não considera membro do seu seleto grupo como um lobisomem. Empregadas domésticas/lobisomens, crianças famintas das ruas ou dos sertões/lobisomens, transexuais/lobisomens etc. Por se tratar de uma criatura estranha, segue o caçador a caça do seu selvagem. Na criação litero-histórica, todo lobisomem é imprescindivelmente uma figura do mal e seu caçador, um homem bom. Assim o cotidiano desigual torna-se esfacelado. Mas quem sente a dor de uma criança, cujo ranho e o grito lhe maquam a face? Não passa de um pequeno lobinho enfurecido sem motivo. É que o lobo deseja ter acesso à mesma carne que o seu caçador. Contudo, o que lhe falta é o direito à arma que lhe daria o poder (arma como ilustração metafórica). O que lhe sobra, sem escolha, é a condição de selvagem: o pequeno caçado.

A democracia ferida:

a lógica da intolerância dos intolerados

O sistema de classes, esse que nos entranha em sua verdade única e absolutista, cujo modo como opera trava batalhas simbólicas sangrentas, é produto do “subdesenvolvimento moral”. Na construção necessária para o sistema gerenciar pessoas por meio de “identidades vazias” – como propunha Foucault (1979) –, é preciso que cada um se posicione segundo sua identidade de classe/grupo. O que poderia ser uma discussão para a evolução da humanidade, numa busca pela igualdade de relação, torna-se pura batalha. Heterossexuais rejeitam os homossexuais (porque o primeiro está na ordem e o segundo na perversão), mas ambos, em grande



maioria, rejeitam a bissexualidade (porque este não opera em nenhuma das duas convenções). Muitos brancos rejeitam negros, e ambos, em alguns momentos, não entendem o pardo – o que é ser pardo? Meu pai é branco, minha mãe é negra. Eu sou negro ou branco? Pardo? Hum! Ué!!! Essa identidade é proveniente do sangue, da cultura ou da fé? A menina e/ou um menino, filha(o) de empregada doméstica, tem orgulho de declarar que hoje é formada(o) em engenharia, direito, pedagogia, enfermagem com árdua labuta de sua família. Passados alguns anos e com sua mãe já morta, possui título de mestrado e doutorado e se regozija de seu carro importado comprado com sua tripla jornada de trabalho. Hoje, ao se autodeclarar emergente, sente necessidade de ter, para lhe servir, uma empregada doméstica (embora negue, em seu pensamento, o direito de sua funcionária de ter acesso aos mesmos bens que ela(e) possui). De pobre oprimida, emergente opressora, sem se dar conta da relação que lhe mantém na sua verdade: hoje eu pago. Nas noites de sábado abre sua Chandon comprada à prestação e brinda em sua taça de plástico acreditando no glamour de sua emergência. Talvez nem goste da bebida, mas o “capital simbólico”² que a circunda é necessário para alimentar sua posição. Contudo, alguém acima de sua condição ri de sua inocente postura. Rejeita sua companhia num voo internacional – agora emergentes viajam de avião. Contudo, a mesma pessoa oprimida pensa sobre o outro que a confronta como um absurdo do sistema: agora pobre viaja de avião. Muitos homens entendem as mulheres, em pleno século XXI, como seres mais fracos, e ambos, em grande maioria, não entendem a transexualidade e/ou a transgeneralidade.

Na ordem do poder, como mostrado em *The Wall*, de Pink Floyd (1982), o sistema oprime a mulher, a mulher o marido, o marido o aluno e o aluno – fadigado de tanta força opressora – se revolta contra o concreto frio que lhe aprisiona. Ambos estão envolvidos por uma arquitetura dura e fria, seja material ou simbólica. O índio, que em sua cultura própria e subjetiva não é índio porque sua linguagem não opera por meio dessa tradição europeia que lhe determina como índio, sofre a dor de sua morte. Escondido na mata, num Brasil sem desenvolvimento, é vítima do subdesenvolvimento moral que captura a política no Brasil. Cada índio, na dimensão simbólica do capital, é o lobisomem – como já citado – em estado permanente de selvageria e por isso um banido eterno: natimorto, afinal e na maioria das vezes não é cristão e sim um xamã. Mesmo que nasça em sua terra, sua terra não lhe pertence porque são terras brasileiras: propriedade do Estado maior a favor do desenvolvimento.

No jogo do poder, o que está em cena se parece muito com o que Butler (2015) chama de normatização binária do mundo, que, segundo ela, na verdade é uma forma de julgamento que falsifica o mundo com o propósito de reforçar o próprio julgamento moral como sinal de certo privilégio e de certa “perspicácia” culturais, uma maneira de manter as hordas (monstros e/ou indisciplinados) a distância (o que presumidamente incluiria não apenas os não europeus, como também os comparativistas de todo tipo). Na hierarquia que se estabelece, quando não há respeito e humanidade e/ou civilidade-ética, sempre haverá, de cima para baixo, alguém cuja cabeça e os ombros lhe servem de chão. No jogo cênico da política internacional, o diálogo nonsense que insiste em comparar a realidade brasileira com a cultura europeia e norte-americana não se dá conta de que África e América Latina são cabeças dos países desenvolvidos. Não tem relação com igualdade de direito, mas com exploração de países mais pobres. Apesar disso, mesmo que intolerados por uma classe acima da qual pertencem, os intolerados parecem ter a necessidade de produzir intolerância a alguém que julga menor: metaforicamente dá-se início à caçada às cabeças. E assim a democracia cede seu espaço à demagogia. A sociedade, essa massa que se espalha feito ornamento na terra que ela cobre, é o chão do céu, no qual torpores e castigos regem a lógica da

² Capital simbólico é um conceito pensado por Pierre Bourdieu no qual o valor é legitimado sob a forma da crença. Não é um valor material, mas simbolicamente e em torno de uma assinatura que funciona como legitimadora de seu valor (BOURDIEU, 2015).

exploração. Deste ou desse ou daquele modo a vida segue para um regime de desencadeamento de uma intolerância dos intolerados, cujo fundamento está no catecismo que nos educa para uma moral preguiçosa. O bem e o mal, o bom e o mau. Portanto, o que sobra é uma singela pergunta: quem usa minha cabeça como chão?

Considerações finais

A gênese do mal é a moral subdesenvolvida, que na ordem do discurso, autoriza a criação de lados opostos e desiguais: branco/negro, homem/mulher, ouvinte/surdo, heterossexual/homossexual, indeficientes/deficientes, e toda a vida além da normatividade. O banido, nessa relação, tem seu corpo marcado por todo plano simbólico que o abarca sendo ele a encarnação da diferença: o lado B da relação, a criatura negada, aquele que habita as profundezas da escuridão porque carece da luz dos padrões do capitalismo. Contudo, o que difere, difere pelo valor negativo como bem disse Jaques Derrida (1930-2004). A diferença como oposição a identidade é o valor negativo na relação com o poder. A diferença é sempre quem atrapalha a lógica da harmonia. A relação é matemática e parte de uma lógica-corrompida, dura, infernal na qual negros, mulheres, surdos, homossexuais, deficientes são, na esfera da simbologia, obra do Diabo.

É que o Diabo é a personagem alegórica que duvida da norma, do correto, do linear, da vida obediente. Ele contrária o imaginário de perfeição e/ou da vida doutrinada, normatizada, aquela vida que segue segundo a “lei de Deus-Macho-Patriarcal-fálica”. O Diabo é aquele que sempre confunde a relação propondo uma segunda possibilidade. A diferença é diabólica. Não é à toa que o Decálogo (Dez Mandamentos) propõe normatividades ao povo que não tem uma direção. O significado de toda palavra vinda do alto pode ser a necessidade de uma hierarquia que castiga, pune, avassala em nome da correção. O torpor que corrige, embora mate e provoque dor, é belo porque implica no ato de salvação. Apesar disso, dá-se início ao saber dogmático, inquestionável, cuja gênese é o céu: rastro do poder vertical, símbolo do poder que aniquila porque é do alto. O quem do alto é do céu, o que vem de baixo é do inferno. Mas céu e inferno não existem e sua realidade é a mesma do Saci.

Todavia, o céu, a luz, as coisas do alto são, para a sociedade capitalista seu “capital simbólico” mais lucrativo. Como explica Bourdieu capital simbólico é aquele capital obtido pela consagração que implica no poder de consagrar, além de objetos ou pessoas, o próprio valor desta operação (2015). A questão aqui é pelo menos se dar o trabalho, ou se desprender de algum tempo – já que tempo numa sociedade capitalista é produção – para pensar quem define o valor das coisas, dos objetos, das abstrações que nos tomam, das pessoas. De onde nasce o valor da raça, da etnia, da idade, do trabalho, do sexo, do gênero, da identidade. Quem define quanto vale a vida de uma criança pobre?

O tempo indisponível para pensar no princípio do princípio é que fere e esfacela o cotidiano. O trabalhador braçal não se dá conta de sua condição, o produtor intelectual não se dá conta de sua alienação, ambos acreditam que estão num território seguro denominado “aquilo que conquistei”. Cada um vive sem perceber a sua máscara de flandres – cabresto duro e espiritual que domina sua alma. Como resultado é possível refletir sobre o que disse Habermas: nós ainda não dispomos de um conceito apropriado para a diferença semântica entre o moralmente incorreto e o profundamente mal. Embora é sabido que o demônio não existe, o anjo caído segue seu curso calamitoso (2013). A desgraça na ordem pública é o fato do espírito de governança proliferar seu poder vertical e propor que o último grau da decadência é estar além do terreno, após o chão, nas profundezas, muito mais abaixo das covas das sepulturas, no fogo quente do nife (níquel e ferro), no inferno. Apesar disso, o inferno é uma camada abstrata que existe no universo

fantasioso da mente humana e por isso, o infernal passa a ser aquele que mais se aproxima do chão: da escola, da fábrica, do transporte coletivo, da “vida nua” (AGAMBEN, 2010).

Aquele que está próximo do chão, aquele que arrasta sua carcaça bruta seja pelo cansaço, pela luta, pelo grito e/ou pela dor de sua carne, assim como ocorreu com os judeus, os colonizadores africanos, os ameríndios, os índios (que nunca foram índios porque não há esta palavra em nenhuma língua indígena – o que o nomina é herança de sua escravização pela cultura europeia) são na lógica patética do poder, alvo de extermínio. O pobre, nesta lógica, é desumanizado e tornado indigno porque sua própria aparência é considerada indigna de vestir a pele humana. No pobre a condição de “animal” se revela porque a ele a condição da dignidade não é permitida. Qual o problema da merenda que falta para a criança que mora na favela? Qual o problema da mulher ganhar menos que um homem? Qual o problema de um homossexual carecer de cura? Qual o problema de poucos terem muitos e muitos não terem nada? O problema, de todo problema, não está na falta de alimento, nas diferenças de classes sociais e econômicas, na brutalidade cotidiana oferecida ao corpo em sacrifício, o problema é que a sociedade capitalista existe contaminada por uma moral doente cujos sintomas são: ofuscamento visual em relação a miséria alheia, falta de sentimentos relacionados a dor do outro, desejo de domínio, fé cega e alienação consciente, a ciência vendida a patentes. Seu estado mais alarmante, mas talvez exista uma possibilidade de cura, é quando os intolerados se tornam intolerantes e colocam em prática a doutrina do desprezo aquele que considera menos digno porque não se encaixa no seu *modus operandi*.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

AMBROSE, Tom. *Heróis e exílios: ícones gays através dos tempos*. Belo Horizonte: Gutemberg, 2011.

BIANCHI, Sergio. *Quanto vale ou é por quilo*. Brasil: Rio Filmes/Agravo Produções, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. *Deficiência: gênese e crítica de um conceito*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

FLOYD, Pink. *The Wall*. Estados Unidos: Metro-Goldwyn-Mayer, 1982.

FLUSSER, Vilém. *A história do diabo*. São Paulo: Anna Blume, 2008.

_____. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Anna Blume, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

HABERMAS, Jürgen. *Fé e Saber*. São Paulo, SP: UNESP, 2013.

MATOS, Gregório de. *Soneto a Nosso Senhor*. Disponível em: <<http://www.soliteratura.com.br/barroco/barroco05.php>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

MORIN, Edgard et al. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez, 2003.

ONU. *Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos*. 29ª sessão da Conferência Geral da Unesco. Paris: Unesco, 1997.

Imagens: Lula Marques/Fotos Públicas (10/06/2015), Leo Pinheiro/Fotos Públicas (07/06/2015), Marcelo Camargo/Fotos Públicas (09/01/2014), www.freeimages.com e www.rgbstock.com